

ÁLVARO GARCÍA LINERA: UM RELATO DO PROCESSO DE CAMBIO E DESAFIOS DA ESQUERDA MARXISTA LATINOAMERICANA

Entrevista¹ com Álvaro García Linera, Vice Presidente da Bolívia

Entrevistadores: Boa tarde, Vice Presidente da Bolívia, Álvaro García Linera. É uma honra para nós estarmos aqui com o senhor. Gostaríamos de fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, fale um pouco, por favor, sobre o que passou nestes 10 anos de governo indígena-camponês-popular, desde 2006, há muitas coisas que mudaram, e as pessoas no Brasil, acredito que a maioria, não sabe o que se passa por aqui.

Álvaro García Linera: Bem... Para mim é um prazer que os senhores estejam aqui conosco. É reconfortante ver companheiros que aprofundam uma investigação marxista, com compromisso político, pois não há outra maneira de ser marxista, deste ponto de vista.

Se tivesse que dizer a alguém o que aconteceu na Bolívia, poderia resumir que a Bolívia tem atravessado um processo revolucionário que mudou sua estrutura social, sua estrutura estatal e a organização econômica da sociedade. De uma maneira tal que, em muitos aspectos, a Bolívia contemporânea é muito diferente da Bolívia que conhecíamos décadas atrás. Na ordem social, a ruptura da ordem colonial, que é uma fissura presente na sociedade boliviana de séculos atrás, que havia estabelecido uma ordem aparentemente natural das coisas... Índios, trabalhadores, subordinados em ofícios precários, subalternos, e dirigidos por uma sociedade branco-mestiça dominante.

Esta ordem colonial, constituída desde a presença dos espanhóis, não se modificou com a fundação da República. Não se modificou com a Revolução de 1952, que travou grandes mudanças sociais, mas que não pode afetar a ordem colonial das coisas. E, na última década, isto tem se modificado.

Hoje, os índios governam a Bolívia. Não o fazem sozinhos; fazem-no articulando outros setores sociais, mas construíram um poder. A *indianitud* deixou de ser um elemento de desvalorização social para transformar-se em um elemento de valorização social. Em termos sociológicos, o capital étnico,

¹ Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2017, no gabinete da Vice Presidência do Estado Plurinacional de Bolívia, por Daniel Araújo Valença (professor do curso de Direito da UFERSA, coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina – Gedic, doutor pela UFPB com a tese “Disjuntivas do *Proceso de Cambio*: o avanço das classes subalternas, as contradições do Estado Plurinacional da Bolívia e o horizonte do socialismo comunitário”) e Ilana Lemos de Paiva, Professora doutora do Departamento de Psicologia da UFRN, coordenadora do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação – GPME. Transcrição do áudio e tradução do espanhol para o português por Bianca Rodrigues Toledo (mestranda PPGDC-UFF), Cariza Morandi (mestranda PPGD-UNESA), Cecilia Pires (mestranda PPGDC-UFF), Gabriela Cassab (mestranda PPGD-UNESA), Larissa de Paula Couto (mestranda PPGDC-UFF), Osias Peçanha (mestranda PPGD-UNESA), Samira Daudt (doutoranda PPGD-UNESA), Walter Gustavo Lemos (doutorando PPGD-UNESA). Revisão da tradução por Daniel Araújo Valença e Ilana Lemos de Paiva.

ou seja, a cor da pele, o sobrenome, as roupas, o idioma, que eram modos de ascenso social e *enclasseamento social*, hoje estão sendo desvalorizados, numa espécie de extinção ou desvalorização do capital étnico como mecanismo de *enclasseamento social*. Quem sabe este tenha sido o feito mais importante da sociedade boliviana: esta modificação de ordem simbólica, de ordem material de mundo.

E, no social, as outras coisas: uma melhora das condições de vida dos setores mais subalternos – quase 30% da população boliviana, em uma década, saiu da condição de extrema pobreza. Em números absolutos é muito menos que no Brasil, mas, em porcentagem, é um recorde mundial!

Uma melhora substancial das condições de vida dos trabalhadores, dos camponeses, das mulheres, dos operários.

No Estado, no regime estatal, a elaboração da nova Constituição Política do Estado, que aparece como um pacto construído entre diferentes setores sociais, dirigidos por um núcleo indígena-camponês-popular. A Constituição de um novo bloco social com capacidade de conduzir, ou seja, de criar uma rota de um porvir, um novo horizonte, não apenas onde estejam presentes suas expectativas, mas também capaz de articular e atrair a outros setores distintos do bloco de poder: setores de classe média, setores de empresariado, vinculados ao mercado interno, que foram incorporados e articulados.

E, como toda construção de um novo bloco histórico é também uma maneira de construir a nação, de se reinventar a nação, houve a constituição de uma nova narrativa do nacional sob a forma do *plurinacional*, que é o reconhecimento dos direitos das nações indígenas. Portanto, nações culturais, ao interior da nação estatal boliviana; mas a condução do sentido, da ideia e do eixo discursivo da nação, hoje se *indianizou*. Ou seja, a *indianitud* que articula os não-índios.

Entrevistadores: Em seus escritos, o Senhor sempre faz referência à *indianização*, que é diferente de inclusão. Gostaria que falasse um pouco sobre isso porque, por exemplo, no campo do Constitucionalismo Latino Americano, há quem diga que a Constituição da Colômbia, de 1991, é um prenúncio da boliviana e, para mim, é um anacronismo histórico, porque nela há previsão de direitos indígenas, mas estamos trabalhando sobre outras perspectivas de relações de poder, correlações de forças distintas.

Álvaro García Linera: Claro, claro... As constituições latino-americanas, como a colombiana, são uma derivação do multiculturalismo, que é o reconhecimento dos povos indígenas enquanto minorias protegidas pelo Estado, estando este sob condução de outros setores sociais diferentes aos indígenas. É o que ocorreu na maior parte dos países da América Latina. O que houve na Bolívia foi um movimento duplo: de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas como nações, não somente como povos e culturas, mas como nações; ou seja, com estrutura identitária e histórica

própria, inclusive pré-republicana, com direito a exercer o seu idioma, com direito aos seus sistemas educativos próprios, suas narrativas próprias, a instituições próprias. Mas, em nossa experiência, o sujeito que reconhece o direito dos povos indígenas é um *sujeito indígena*. Nos outros casos, como a nação colombiana que reconhece os indígenas, são os não indígenas que reconhecem o direito dos indígenas como minorias. Aqui, são os indígenas que dizem “temos direitos como povos indígenas, mas também somos nós quem conduzimos o ‘boliviano’”. Armamos de outra maneira o boliviano, articulamos de outra maneira a narrativa de identidade nacional boliviana”, ou seja, *indianizam*. Dito de outra maneira: é o sujeito indígena reconhecido como direito coletivo, mas também é o sujeito indígena que constrói hegemonia e conduz o Estado, que *reconhece* a indígenas e a não-indígenas.

Então, aqui o sujeito a ser reconhecido são os indígenas e o sujeito que *reconhece* são os indígenas. Em outros casos, os sujeitos reconhecidos são os indígenas e o sujeito que *reconhece* são os não-indígenas, como maioria. Como maioria histórica, como maioria social, como maioria política. E aqui isto isso se inverte. Isso é a *indianização* do Estado. Isto é, o boliviano é o indígena irradiado, o indígena aberto e articulador. Estão os direitos, enquanto indígenas, indígena como povo, como história, mas também a narrativa geral do Estado boliviano, da identidade boliviana que se *indianiza*. Como se traduz isso? No sujeito, no sujeito histórico que leva adiante as transformações, que se transforma em fator decisório das políticas públicas do país: definição de investimentos, definição de horizontes, definição de projetos, tomada de decisões fundamentais do Estado e do governo passam por esse sujeito *indígena originário campesino*. A construção de uma nova narrativa histórica: as raízes são indígenas, há nova simbologia estatal, nova liturgia estatal, obrigatoriedade dos idiomas indígenas no Estado, presença majoritária de povos representantes indígenas nas distintas estruturas do Estado, reinvenção dos símbolos e da interpretação da identidade nacional, da história dos heróis, dos fundamentos, dos momentos épicos que vão modificando todo o ideológico e toda a ordem moral das coisas; a justiça indígena originária paralela à justiça ordinária, não subordinada, mas em paralelo. Enfim, é um conjunto de elementos que falam, então, de um duplo processo. O boliviano se *indianiza* e este boliviano, *indianizado*, reconhece, por sua vez, a identidade indígena. O primeiro lhe permite articular ao resto dos bolivianos, não-indígenas. São aimarás, quéchuas, que se incorporam, se reconhecem e participam da identidade boliviana. No entanto, o Estado, por sua vez, é estritamente indígena como direitos de nações e de povos. Estas foram as profundas mudanças. Esta é a famosa *plurinacionalidade*. A plurinacionalidade, portanto, não é a multiculturalidade. A diferença radica, então, não somente em quem é o “sujeito de direito”, mas também o “sujeito que dá direito”.

Entrevistadores: Há também uma grande tentação de se enxergar esse sujeito indígena apartado de sua classe social. Por exemplo, no Brasil, as pessoas desconhecem que, no *Proceso*, houve uma participação camponesa, a CSUTCB, ou seja, é como uma coisa idealizada, em que estamos em um novo ciclo, onde não existem mais classes, não há lutas maiores... Bom, há também vários de seus escritos, principalmente os da década passada, em que o senhor fala sobre o encontro entre o indianismo e a classe, o marxismo e o indianismo. Inclusive, estive em um seminário indianista, na véspera das eleições em 2014, e me lembro que, antes da sua chegada, as pessoas (eram indianistas Kataristas, havia uns mais “puristas”) e eles diziam “não, brancos não, marxistas não” e quem estava dirigindo o Congresso dizia: “o Vice Presidente está vindo e vai falar”, e o senhor chegou e falou e as pessoas todas aplaudiram depois. E me recorro que nesta fala o senhor disse algo como “foi a luta política partidária, marxista, etc. que tomou o poder, mas, sem o indianismo, sem todas as construções das décadas anteriores, os valores, as crenças, a identidade, seria impossível termos a densidade desse processo, então, vocês têm uma participação especial nessa troca de correlação de forças”.

Álvaro García Linera: Há pouco abordava sobre este tema que é muito importante. Concluirei a ideia anterior, o princípio. Transformação social, descolonização, percepção de melhoria de vida pelas pessoas, mudança política, nova estrutura de classes no Estado, novo sujeito que conduz a sociedade e, no econômico, processos de ampliação dos bens comuns, através de uma presença maior do Estado. Na economia, passamos de 13 a 40%, ou seja, o Estado administra 40% da economia do país. Potencializaram-se, preservaram-se e resguardaram-se os bens comuns, sociais, a propriedade comum da terra, a propriedade dos bosques, a propriedade dos rios como bens comuns não estatais, mas protegidos pelo âmbito estatal. Quanto à distribuição de riquezas, reduzimos a diferença entre os mais ricos e mais pobres em 139 vezes: os 10% mais ricos tinham 139 vezes mais riquezas que os 10% mais pobres dos bolivianos. Esta diferença está reduzida a 40, de 139 a 40. Também houve estímulo ao mercado interno, uma abertura dos mercados de maneira seletiva, em função das necessidades internas, que se traduziu em: caem os preços internacionais das matérias-primas, mas a economia boliviana não se abala na mesma proporção. O petróleo caiu de 100 a 29 dólares e a economia caiu de 6 a 4-5, ou seja, não despencou. Isto devido à importância do mercado interno e do fortalecimento das economias comunitárias, das economias camponesas, das economias artesanais, do mercado interno. Conquistamos um feito há alguns meses. Há 10 anos, a economia brasileira era 96 vezes maior do que a boliviana; agora, é 45 vezes, ao redor disto. Segue sendo enorme, é verdade! Mas, em uma década, reduzir de noventa e algo para 45, é bastante. A economia chilena era 14 vezes maior do que a boliviana há dez anos, hoje é sete vezes maior. Assim caminha esse país. Ou seja, são transformações estruturais na economia. Sem dúvidas, faltam

muitas outras mudanças; ainda somos exportadores primários, dependentes do extrativismo, mas são transformações a serem realizadas em médio prazo. Mas aquelas são importantes conquistas que tem permitido distribuir riquezas e criar uma economia vinculada ao mundo de maneira seletiva, em função de necessidades locais e não de prioridades externas. Trata-se de um Estado que coadjuva no desenvolvimento de todos, que regula e potencializa as experiências de economia social e comunitária que emergem “de baixo para cima”. Ou seja, são como as três grandes mudanças.

Agora, sobre este tema que me perguntavas...Qual a relação entre classe, etnicidade e identidade?

A grande virtude do indianismo foi que deu visibilidade, como ninguém antes, ao fato de que a classificação, que a organização da sociedade, que a diferenciação social fundada em identidades étnicas – cor da pele, sobrenomes, vestimenta – era a decisiva, era o fundamento da conquista colonial e que atravessava todo o ordenamento da sociedade boliviana. Significava isto que não havia classe no sentido econômico do termo? Não, claro que havia, mas o mais interessante é que isso possuía um tipo de isomorfismo. Se sabias a cor da pele de uma pessoa, sabias qual era o seu ofício. Com um agravante: que podias procurar ter outra profissão, outra atividade econômica, mas se a sua cor de pele, sobrenome ou idioma lhe denunciava, seu esforço por *enclassarte* economicamente falhava, porque continuava a ser um índio. Isto quer dizer que a divisão da sociedade por trabalho, por propriedade, era similar à divisão da sociedade por identidades étnicas, com o agravante de que era a identidade étnica que dirigia o trabalho. Ou seja, se você, tendo um determinado trabalho, camponês, por exemplo, almejasse um trabalho especializado, faria muito esforço, mas sua condição étnica lhe desvalorizava e lhe convertia em um profissional de terceira categoria, pois continuava sendo um índio.

Sua possibilidade de ascender socialmente não dependia fundamentalmente de seu trabalho, dependia da sua etnicidade, dependia de sua branquitude social. E vice e versa: eras pobre e não tinha trabalho, nem propriedade, mas se tivesse a branquitude social, isso lhe permitia um ascenso social. Isso não podia entender o marxismo, pois o marxismo se pôs a estudar a divisão das classes sociais, na sociedade, por ofícios e por propriedade. Claro, está bem como um ponto de partida, mas quando se queria analisar os processos de mobilidade social, os processos de construção de identidade política, de eficácia dos *enclassamentos e desclassamentos*, falhava-lhe a teoria, porque não funcionava. O indianismo visibilizou que havia um fato fundamental, o fato colonial. Sua *indianitud* prevalecia sobre sua classe, em sentido estrito. Como marxista hoje, dá-te conta que a etnicidade é uma forma de construção da classe social, não é algo distinto, mas, para se chegar a isso, precisavas da ruptura que te mostravas o indianismo, que dizia, “Oi, desperta! Aqui, a divisão não é entre proprietários e não proprietários, é entre índios [e não índios]”, porque ainda que tenha

propriedade, segue sendo um índio, lhe tratam como um índio, lhe pagam como um índio, lhe marginalizam como índio, ainda que tenha vinte vezes mais dinheiro do que qualquer outro empresário.

E só quem fez este despertar foi o indianismo. Os marxistas não podiam entender a Bolívia porque não entendiam o tema colonial e quem trouxe para o marxismo, no sentido descrito por Sartre, como estes conhecimentos externos ao marxismo, que o enriquecem – ciências auxiliares ou conhecimentos auxiliares, chamava ele, na *Crítica da Razão Dialética* –, foi o indianismo. Então, o marxismo buscava entender a sociedade a partir da propriedade, ou das posses, ou do trabalho, com uma vontade de poder, mas como não conseguia realmente entender a estrutura real de classes, tinha vontade de poder, mas não tinha capacidade de mobilização ou de compreensão. Se eu não tenho capacidade de compreensão, não tenho capacidade de mobilização. O que fez o indianismo? Visibilizou o tema. Tinha capacidade de mobilização - não de mobilização social -, mas de mobilização e de despertar moral, ético-moral da sociedade, mas não tinha vontade de poder, porque tudo era apenas uma denúncia. E quando visibilizava o tema da etnicidade o fazia separando-os, pensando que ainda seguíamos no tempo de Pizarro, em que 99% eram indígenas, e somente 1% era extracontinental, que poderiam ir-se, deixando de lado que, em 500 anos, foram se produzindo mesclas, hibridações; o obreiro é uma hibridação. A identidade operária é uma hibridação: são indígenas que ascendem socialmente depois de muito trabalho, através do trabalho assalariado, do uso de maquinários, do sindicato, da urbanização e que, por sua posição na economia, adquire um reconhecimento da sociedade: são os que produzem os minerais, que estão nas fábricas. E este seu reconhecimento faz com que eles, para certas coisas, se reconheçam como cidadãos, no sindicato, mas, para outras coisas, como índios, porém eles se distanciam dos índios. São índios, são indígenas, mas se diferenciam deles. Há alguns mais índios que eles.

Entrevistadores: Isso ocorreu em 1952, 1971, em La Paz, na Comuna...

Álvaro García Linera: Então este é um momento de hibridação, este é um processo de transição, é uma classe que está entre, herdando pedaços das falhas coloniais e o processo de constituição em classes modernas, e, segundo as circunstâncias, visibilizam-se uns ou outros aspectos. Mas, este fato de viver, de ser como uma espécie de ponte, faz com que eles mesmos tenham recentemente passado a se diferenciar do que eles são em termos de identidade étnica. Não mais se reconhecem como aimarás e quéchuas, reconhecem-se como trabalhadores. Ainda que sejam aimarás, e nos sindicatos estejam falando em quéchua ou aimará, e em casa falam quéchua e aimará, mas usam roupas de mineiros, usam capacetes, são distintos dos indígenas. Esse processo não foi entendido pelo indianismo, que não pode ver este efeito social da colonização. Depois de 500 anos, já não era que 99% continuassem sendo índios, havia um percentual da população que já não era indígena.

Ou, ao menos, que não se reconhecia como indígena, preferia reconhecer-se na modernidade, no sindicato, no voto, na não-indianização e na mestiçagem, e outro setor que continuava sendo marginalizado por sua condição social e que se afirmava como sujeito visibilizando sua condição étnica, então, este era o problema do indianismo.

O que fizemos em todos esses 30 anos foi ver como isso se articulava: Primeiro, reconhecer a influência do indianismo, do fato colonial, e o marxismo, que leva-nos a estudar a diferenciação social a partir do seu acesso a bens, a recursos, a meios. Então, a forma que eu encontrei, a articulação é essa: a etnicidade é um *capital a mais*, é um *bem acumulável*, monopolizável, que permite que você ascenda ou descenda socialmente, como pode ser o salário, como podem ser os vínculos sociais, como pode ser a propriedade. A etnicidade desempenha o papel de um bem, é um bem social, é um capital a mais. Então, com isso, na abordagem marxista, temos que as classes sociais se constituem, e, de fato, a etnicidade é uma forma de *enclasseamento* social, é uma forma de construção histórica das classes sociais, que convém trabalhar em sua particularidade, seu significado. E o que passou esses anos é que este bem acumulável, monopolizável, foi desvalorizado, essa é a função do Estado. O Estado permite valorar e desvalorizar as coisas. Pode valorar e desvalorizar o dinheiro, pode valorizar e desvalorizar os bens imóveis...o que o Estado estava fazendo era desvalorizar um bem, não um bem imóvel, mas um bem socialmente escasso e disponível e monopolizável, que era a etnicidade. Pois, pouco a pouco, o fato colonial vai sendo reduzido. Ainda seguimos tendo racismo. Mas, a etnicidade como mecanismo de ascenso social está sendo invertida. Quer ser um candidato ao órgão judicial? Se você usa um poncho, você terá mais chances do que se usar um terno. Isso ocorreu nas últimas eleições. Gente que não era conhecida por ninguém, mas a viam de *pollera*, era “a da *pollera*”. O viram com poncho vermelho, era um “*poncho rojo*”. “Quem será? Não nos importa”.

A etnicidade lhe permite um ascenso social, estes tipos permaneceram sete anos com poder judicial, com capacidade para definir e decidir o destino judicial do nosso país. A muitos deles serviu seus conhecimentos, seu capital cultural; e a outros serviu o capital étnico invertido, já não a *blanquitud*, mas a *indianitud* como mecanismo de ascenso social.

Mas, o objetivo é ir reduzindo, reduzindo... Descolonizar o país é converter a etnicidade em zero, esse é o papel do Estado.

Então, agora, como marxista, você pode entender como as classes são construídas em concreto: se não incorporamos a etnicidade, não se pode compreender a Bolívia. Ademais, para além do fato material, da aquisição de bens, está o fato da classe como *sujeito mobilizado*, porque uma coisa é a classe como dado sociológico, estatístico. Introduzimos a etnicidade, porém como forma de medir classes sociais. Mas isso é simplesmente um dado estatístico e saberemos como está a composição,

assim como as estratégias de ascenso e descenso social e de desvalorização entre uns e outros. Mas agora, como revolucionários, é preciso saber como as pessoas se mobilizam, quais são os desencadeantes através dos quais um setor da população vai poder mobilizar-se. Não necessariamente a sua condição objetiva lhe dá condição de se mobilizar, não necessariamente. Pode ser uma sua condição objetiva, mas quando você se mobiliza, você não se mobiliza por causa de sua condição objetiva, você se mobiliza por outras coisas, que é o que chamamos de forma *multitud*. Em Cochabamba, havia muitos sindicatos de trabalhadores, mas não se mobilizaram como trabalhadores, mobilizaram-se como *vecinos*, a identidade *vecinal* pesou mais do que a identidade do trabalhador da fábrica, que em outros momentos a de fábrica pesa, mas outras vezes não, tem que estar atento, qual é a identidade que lhe permite adicionar um vínculo coletivo frente a um adversário, e a identidade que serviu, no caso da Bolívia, porque estava ali, foi a identidade étnica. Não foi a única, porque foi uma articulação de muitas identidades, mas a identidade étnica permitiu que as pessoas do campo, os camponeses, os transportadores, os comerciantes, os professores, indígenas, aimarás, fossem convocados como *sujeitos*. Não foi dito: “camponeses, venham!” “Professores, venham!”, se não, o *sujeito indígena*. E foi essa a força de Felipe Quispe, no ano 2000. Essa foi a força do MAS-IPSP, ao construir a categoria, que está na Constituição, o *indígena originário campesino*, são uma mescla. Como é isso de *indígena originário campesino*? Porque não apenas indígenas? Porque não apenas camponeses? Porque isso permite a unificação, no indígena, de vários sujeitos econômicos – professores do campo, transportadores do campo, comerciantes do campo – com camponeses. Então, a categoria *indígena originário campesino* é a forma do *sujeito mobilizável* e, dependendo da área que você está, mais em Cochabamba, por exemplo, você faz mais referência ao camponês, lá é mais clara a visualização e história enquanto *camponês*; se você vem mais para o Ocidente, o Altiplano, “pega mais”, tem mais força, o *aimará*; “somos aimarás em primeiro lugar”, “somos aimarás”, outras vezes isso se rescinde, como hoje em Achacachi. Os *vecinos* e os comerciantes estão separados dos camponeses, os dois são aimarás, ambos são aimarás, mas, como você construiu as identidades mobilizadas, você os fez priorizando sua condição territorial e sua condição laboral e, em segundo lugar, sua condição étnica nacional. Então, isso permitiu que, hoje, as pessoas de Achacachi estejam mobilizadas, mobilizam-se no campo, são as pessoas do povo. Mas nem todas as comunidades que estão lá, como dois terços da população, estão mobilizadas. Estão defendendo as linhas do prefeito.

Então as identidades mobilizáveis são mais contingentes, não existe uma relação direta entre a identidade laboral e a identidade mobilizável, não é simples assim, aqui há a política, entre um processo e outro de mobilização, a política acontece. Até aqui a Sociologia acontece, isto é estatístico. Mas, dali em diante, a política acontece, a estratégia política, tática política, a história,

os segmentos culturais que lhe dizem que podem permitir que as pessoas atendam a um chamado e não outro.

Esse processo é o que tentamos interpretar a partir do marxismo. Então, em resumo, a identidade étnica é uma forma de classe. Uma forma de construção das classes sociais, em um local específico, com uma história específica. Lógica e objetivamente, como você soluciona o problema? Em que incorporas a etnicidade como um bem para assim fazer funcionar todo o seu esquema marxista clássico? Como isso se move na história? Isso é o que desencadeia, o que articula aos outros segmentos. Isso não pode fazer o velho marxismo porque estava buscando “onde estão meus camponeses”, mas [dizia o indígena] “Eu sou aimará!”, [e pensavam os marxistas] “Que estás falando companheiro, isso é resquício colonial!”. Quando [o marxista] buscava o camponês nada acontecia, pois “somos aimarás”, “Tupac Katari”, “somos nação”. Isto articula. Agrega. Agrupa. Mas também, sociologicamente, podemos ver os processos de deslocamento e “enclasseamento” das pessoas, a partir deste fenômeno do colonial, que tampouco o viu a velha esquerda. Então o marxismo na Bolívia, de alguma maneira, o que fez foi enriquecer-se com o indianismo, retirá-lo de sua caixa, de seu enquadramento, fechado, repetitivo sobre o que acontecia em outras experiências. Aqui se deu “alma local”, territorialidade, raiz, e segue funcionando. O esquema marxista das classes sociais funciona. Mas, não é entendida como... vejamos: “temos aqui a classe operária. Vamos ver quem são e os coloco numa caixa. Quem é a pequena burguesia? E os coloco em uma caixa.” Não é entendida como armários onde vamos colocando as pessoas, mas, sim, as classes sociais como um *processo social que devém, que se forma*. Isso tem a ver com: como devém uma classe? A partir de que propriedades? A partir de quais critérios? A partir de quais bens? São os que destacam, os que gatilham, os que articulam. Claro que funciona a leitura marxista, mas é uma leitura marxista *em fluxo*, já não é uma leitura fechada, mecânica, na qual a classe está definida e o que falta é enquadrar as pessoas na classe. Temos de seguir o caminho oposto, [devemos perguntar] “Como se constrói uma classe?”, para logo falar de uma classe. O que temos que ver é como são construídas as classificações, onde está o efeito eficiente das classificações; qual a base para a distinção; em torno de que princípios se diferenciam na prática, antes de dizer que se tem que diferenciar pelos papéis desempenhados na produção. É possível que isso não seja o decisivo. Deve-se ir pelo caminho reverso. Ao invés de dizer: “essas são as classes sociais da modernidade”, para então preenchê-las com os sujeitos, deve-se analisar como se constituem as classes sociais hoje, para então dizer: “esses são os sujeitos”. Terás invertido a ordem do procedimento para falar sobre as classes sociais. Os marxistas de antes diziam “primeiro a luta, depois a classe”. O que aprendemos com o marxismo foi identificar a classe e logo ver como lutam. Mas não deve ser assim, e sim o oposto. Veja primeiro como as pessoas estão lutando as pessoas e, em função de

como lutam, por bens, por discursos, por propriedades, por salários, por identidades, então podemos identificar as classes sociais, emergentes dessas lutas de classes.

Entrevistadores - Linera, em 2012, o senhor escreveu um livro chamado “*Tensiones Creativas de la Revolución*”. Quais seriam as tensões de hoje, com a mudança de correlação de forças no continente? Existem novos cenários, sim?

Esse texto buscava visibilizar, de uma maneira esquemática, os problemas que enfrenta o curso da revolução atual, ou que venham a enfrentar os cursos de quaisquer revoluções atuais, e que nem sempre foram visibilizados ou que não se manifestaram com a contundência necessária no passado, da forma que se manifestam hoje. Foi uma enumeração de um conjunto de coisas que surgiram, que não esperávamos, que havia alguma referência em Lênin e Marx, mas que, com o decurso do tempo apareceram, pelas características da sociedade contemporânea, e que qualquer revolução que surja no futuro, tem que saber que terá que trabalhar, processar esses temas. Então, o primeiro tema era *Democracia x Estado* ou *Movimentos sociais x Estado*. Isso foi abordado por Lênin, do seu modo (tinha outras categorias para analisar isso). Tive que revisar uns textos de Lênin para escrever sobre a Revolução Russa, e está presente em Lênin, mas com outro tipo de linguagem. Talvez de uma forma não muito visível para nossa linguagem atual, mas esse problema se apresentou. Mais movimentos sociais, Estado. Estado é monopólio. Movimentos sociais é democracia. Agora temos que optar. Mas por qual? Se optas pela democracia, perfeito, maior participação. Mas perdes a centralização de poder frente aos seus adversários. Se optares por maior poder, perfeito, terás como se defender. Mas não vai se diferenciar em nada de um Estado capitalista, porque terás perdido o fundamento de qualquer revolução social: o democrático, o participativo. Como fazes? É uma contradição. Não há solução. A questão da revolução é que tens que viver a contradição, assumir a contradição. Em uns momentos aumento um pouco mais aqui, em outros um pouco mais ali. Mas nunca poderás perder nenhum dos dois, *ad infinitum*. Não é um ou outro. São os dois. Mas é uma contradição? Sim. Mas, o futuro é uma contradição viva.

O segundo tema é [privilegiar] “sua base social ou irradiar-se”? O problema da Dilma. Irradio-me para manter a hegemonia e incorporo aos outros, porque se não incorporas aos outros, eles vão te golpear. Mas até que ponto os incorpora? Como os incorpora? Se incorporar demais, te engolem. Se os incorpora como bloco, unificado, vão te destruir, porque nunca vão estar satisfeitos com você. Suportam-te, sorriem-te, porque tens o poder. No momento em que tiver uma fissura no poder, vão abri-la até te destruir, como aconteceu no Brasil. Mas se te restringes ao teu núcleo duro, está bem, mas também perdes em termos de hegemonia, e então permites que outras forças articulem ao que você não articulou, e te asfixiam. Então, qual é a saída? Jogar com os dois. Em alguns momentos me expando, em outros me retraio, em momentos me expando, em momentos me contraio. Podes

expandir quando tens capacidade econômica, maior capacidade econômica redistributiva. Nesse momento, podes jogar com maior expansão. Mas quando os recursos se tornam escassos, tens que se retrair e se apegar ao teu único núcleo que será o que vai te defender. Quem sai nas ruas não são os empresários, nem será a classe média. Nunca irão às ruas para defender índios e trabalhadores. Podem sair, mas defendendo ditadores ou direitistas. Quem vai te defender? Eles. Quando tens que dividir o pouco, por quem deves optar? Pelos teus. Quando o teu orçamento está baixo, se opta pelos teus. Quando se amplia o orçamento, jogas, podes irradiar um pouco mais. Essa é nossa experiência. É como uma regra. E quando violas esta regra, perdes tua base. Quando tens pouco e opta pelos outros, que não pelos teus, perdes tua base e os que supostamente iriam te apoiar, não o farão. Vão ver que perdeste tua base e vão te esmagar. É como uma regra. Mas sempre tens que estar...falo de um *marxismo situacional*. Em momentos se irradia, em momentos se concentra, mas se tens que decidir por um ou por outro, sempre deves optar pela tua base, nunca pelos outros. Quando podes optar por ambos, perfeito. Mas quando tens só para um ou para o outro, opta pelos teus. Nunca cometas o erro de optar pelos outros, pensando que vão te dar uma mão, que vão te apoiar, vão permitir que faça as coisas... não! Permita apenas uma debilidade, uma pequena fissura e vão convertê-la em um abismo para destruir-te. São as velhas classes possuidoras.

A terceira tensão era a *questão social e o meio ambiente*. Economia que satisfaça necessidades das pessoas, extrativismo temporal, ou proteção da “Mãe Terra”? Se somente proteges a “Mãe Terra”, que é tua base indígena, perfeito, mas se não tens como alimentar o povo, como construir um colégio, ou garantir a saúde, essas pessoas irão “cair em cima” de ti e reclamar onde está sua escola e seu hospital, e vai votar por quem sim promete a escola, o hospital, a rodovia ou um salário melhor. Mas, se somente se dedicas a isto, deixando de lado políticas de proteção do meio ambiente, então simplesmente estás assumindo um caminho no sentido de um Estado de bem-estar, desenvolvimentista, extrativista, já terás abandonado esta meta comunitário-comunista, esta rearticulação, esta nova forma de encontro metabólico entre natureza e ser humano.

Então, em meus textos, digo-lhes que há sempre que caminhar com os dois. Não um ou outro. Não é só a sociedade ou só a “Mãe Terra”. Satisfaço a sociedade protegendo a “Mãe Terra” e protejo a “Mãe Terra” assegurando a satisfação da sociedade. Isto te leva a contradições, porque, em algum momento, companheiros de terras baixas dizem: “é desenvolvimentismo”, “é extrativismo”. Sim, temos de ser, ainda. Porque se não garantimos, se a Bolívia não tivesse tomado a decisão de fazer o que fez, neste momento a Bolívia estaria com um crescimento de menos de 3% e estaríamos com uma direita em marcha para tomar o governo.

Preocupo-me com a “Mãe Terra”, mas também me preocupo em gerar bens materiais para criar outra economia que me permita não ser extrativista. Mas como queres não ser extrativista, enquanto

o país tinha mais de 20% de analfabetos, colégios e escolas com os tetos caindo em cima das cabeças das crianças? Como não necessitar dos recursos do gás e do minério? “Ah, tens que passar para uma economia do conhecimento”. Perfeito, vamos passar a uma economia de conhecimento, mas criaremos as condições básicas mínimas de saúde, de educação e de alimentação de uma nova geração que passe de uma economia que extrai da natureza para uma economia do conhecimento, que não mais dependa das matérias primas, mas isso não se logra com as velhas condições, porque estas velhas condições não são idílicas, não são harmônicas. As velhas condições dos povos indígenas são fruto da colonização, de sua dominação, de sua submissão. O indígena com sua “*chollita*”, com sua “*lhamita*”, na zona fria com sua casa de pedra, isto é um feito colonial. Isto é que as Ongs consideram que é a Bolívia. Essa imagem da Bolívia como o camponês com sua lhama no meio da neve, é um feito colonial, porque não era assim que vivia as pessoas. Antes da colônia, desenvolveram ciência, tecnologia, sistemas hidráulicos, grandes cidades, mecanismos de ocupação de vários pisos ecológicos, grandes passeios, construíram lagoas inteiras, transformaram a natureza a partir de suas necessidades. Este camponês indígena hoje pobre do cartão postal é um acontecimento colonial. Existe aí um conflito, sem dúvidas; há aí uma contradição, que não é fácil. Criticar-te-ão como anti-ambientalista, anti-ecologista, e lhes digo, sim, eu sou ambientalista, sim sou ecologista, mas também levo em conta as necessidades dos setores sociais. A fortaleza da nossa economia se radica nisto. Caem os valores dos minerais, do gás, e a economia segue crescendo. Mas porque fizemos muitos esforços: investimos em perfurar melhor os lugares, investimos em eletricidade, tivemos que investir em outras coisas para gerar mecanismos de mercado interno. Se não tivéssemos feito isso estaríamos tendo que pedir esmolas para os EUA ou para Europa, para construirmos um colégio. Aí temos uma contradição. Não é fácil, não tem solução, não há uma rota, tens que colocar cada situação, cada momento e sobre isto, optar. Uma e, por sua vez, se incorpora a outra. A outra e, novamente, se incorpora a primeira.

Quero presentear-lhes com um livro em que reflito sobre o problema fundamental da revolução, o problema do poder e do tempo, que é o problema geral da situação atual latino-americana. Em qualquer transformação revolucionária, tem-se que usar todos os meios socialmente disponíveis para preservar o poder, e a chave para preservar o poder com os meios disponíveis é a tua estabilidade e o teu bem-estar econômico. Se não tens isso, não geras bem-estar e não poderás manter o poder. Mas, se conseguires gerar um bem-estar econômico, socialmente aceitável para a população, isto vai te permitir manter um controle do poder estatal, o que vai te permitir ganhar *tempo*, que é o que necessitamos, para promover no interior da tua sociedade maior participação democrática, que vá superando o papel do Estado na gestão da economia. Tempo, à espera que outro país irmão, o Brasil, a Argentina, o Peru ou o Uruguai, leve adiante suas próprias

transformações que te permitam ensamblar-se com os processos de outros países do mundo, porque tu, sozinho, não poderás construir um átomo de comunismo, estás asfixiado. Precisas de tempo, e como ganhas tempo? Através da economia e a economia te permite manter o poder. É como um encadeamento inevitável: economia, poder, tempo; tempo, economia, poder, indistintamente. Se queres tempo, melhora a economia; se queres melhorar a economia, manténhas o poder e, logo, ganharás tempo e, assim por diante. É como um ciclo que se retroalimenta.

O grande problema de nossos processos, em muitas partes da América Latina, é que não se consegue alinhar bem estas três variáveis: tempo, economia e poder. Tempo para que? Para democratizar mais as coisas, mas tens que garantir o mínimo de melhora porque, se não o faz, não tens como impulsionar democratizações. Mas, por sua vez, precisas do poder, para que este tempo ganho, e estes recursos obtidos, se democratizem e gerem bem-estar para as pessoas e melhores condições para seguir democratizando o poder, porque, no fundo, a revolução é um processo ininterrupto de democratização do poder até a extinção do Estado.

Este horizonte comunista não pode desaparecer da vista de um revolucionário. Mas, isto não faremos hoje, nem em um ano. Tampouco o realizaremos de maneira isolada. À espera que o Brasil me ajude, que o Chile me ajude, melhora as condições de vida; democratizo internamente certas coisas e outras espero que venha o apoio de meus correlatos internacionais. E se não existem estes aliados internacionais, a revolução está condenada ao fracasso.

De fato, toda revolução, por definição, está, em geral, condenada ao fracasso. A excepcionalidade é, quando tens tempo, melhora as condições de vida e poder que te permitem esperar, irradiar-se por outros países; isto foi um pouco do que fez Lênin. A NEP era: melhora as condições de vida dos camponeses e dos operários, consigo tempo, e me mantenho no poder.

Entrevistadores: No momento atual, com a economia tão globalizada, pensas que é o mesmo? Porque, com as crises estruturais do capital, nós sempre esbarramos nesta questão da economia...

Álvaro García Linera: Com mais razão. Essa globalização te exige que, se não tens o apoio dos outros, estás condenado ao fracasso.

Entrevistadores: Sim, mas hoje, toda a América Latina está na mesma situação. O que pensas?

Álvaro García Linera: Conseguimos romper com isso. Em plena globalização, Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador; foi possível romper com isso. E nós começamos a articular uns com os outros [...]. Com a globalização, em seu resquício, o que permitiu foi a emergência dessa esperança. Agora o que foi feito aqui está começando a ser debatido na Europa. América Latina se adiantou em 10 anos em relação ao mundo. As coisas que aqui começou a fazer o Lula, esta economia que mesclava uma globalização seletiva: para essas coisas me globalizo, para essas coisas me concentro no mercado interno, isto estão debatendo Corbyn na Inglaterra, Podemos na Espanha, Mélenchon na

França. Esse é o debate europeu, em um tempo em que a globalização também entra em um processo de des-globalização. O horizonte único, que nos deixou Reagan e Thatcher, ruiu. Se está globalizando, com a China na cabeça, mas vem Merkel, pela direita, falando de protecionismo, Trump também, na Inglaterra se faz o mesmo. É um momento em que, certas ideias, como em certas coisas me globalizo, em outras me *desglobalizo*, em função da minha necessidade de tempo, de distribuição de riqueza, isso que foi feito aqui na América Latina, está acontecendo no mundo. Porém, o mundo só começou a debater quando entramos em retrocesso aqui. Não conseguimos sintonizar. Aqui nós começamos a cair, caiu o Brasil, caiu a Argentina, assédio na Venezuela, ataque na Bolívia e na Europa se começa a debater “e por que não um pouco de protecionismo?” Nós fizemos isso. Isso fez o Brasil, se globalizou e se protegeu. Bem, ao fundo é isto. [...] Eles apenas recentemente estão começando a se incorporar nesse debate. O nosso foi muito adiantado e “fora de tempo”. Agora que a Europa e Madri estão começando a debater esses temas, a América Latina deveria retomar essa agenda. Mas, aqui está regressando a ideia de que “não, é melhor repetir o que nos pediam Reagan e Thatcher”, quando os dois países estão indo para outra direção; quando Inglaterra está indo para o outro lado e está seguindo pela outra direção. E aqui os conservadores começam a ressuscitar o que havia ocorrido há 20 anos. Uma espécie de assintonia entre os processos planetários. Isso, às vezes, torna as coisas mais fáceis e, em outros momentos, mais difíceis. Mais difíceis porque cometemos erros. Então, as pessoas pensam: “será esse o caminho?”. Vejamos a Argentina: [as pessoas pensam] “será este o caminho? Voltar ao poder Kirchner? Sim, mas, talvez, não”. Brasil, veremos. Mas, por sua vez, é normal, porque há uma experiência que tropeçou com muitos problemas. Isso está na memória imediata das pessoas. As pessoas não se lembram do que aconteceu há 20, 30 anos. Os jovens, não, os mais velhos, sim, mas os jovens são a maioria agora. Mas, por outro lado, é bom porque o mundo não se põe de acordo com qual seria o sentido da história. Qual é o sentido da história? A globalização? Mas se estás des-globalizando, estás saindo da União Européia, estás construindo uma muralha, estás diminuindo o comércio mundial. Os créditos bancários e os bônus desabaram de 2% do produto interno bruto a 2% do produto interno bruto mundial. Então, o mundo está, neste momento, debatendo qual o sentido da história, e isso é bom, porque já não há um norte homogêneo, um norte, um objetivo comum e uma ideologia hegemônica. E isto é bom, mas na América Latina é ruim porque trazemos esses problemas, cometemos erros.

Entrevistadores: Uma última pergunta. O senhor fala em seus livros que a revolução é feita por ondas sucessivas. Bom, na Bolívia tivemos um problema com a taxa de redução da pobreza que, em 2016, de acordo com o informe presidencial de Evo, foi menor que nos anos anteriores; ocorreu também um aumento do abandono escolar, que tem a ver com as pessoas precisando trabalhar.

Houve a derrota do bloco *indígena campesino popular* no referendo em 21.02.2016. Será que o modelo de controle dos excedentes e de redistribuição a partir do Estado, não necessita de novos processos democratizantes? Digo, não somente o controle e redistribuição de excedentes, mas enfrentar a questão do trabalho associado, a esfera da produção, da economia comunitária. Por que o senhor falou agora que as pessoas melhoraram de vida, que existe um Estado mais próximo do bem estar social do que anteriormente, mas isso também leva à individualização das pessoas, leva a esquecer sua classe, sua origem.

Álvaro García Linera: Existe aí um duplo problema. Uma autocrítica, que nós devemos fazer, é que esses processos de distribuição social da riqueza sempre têm de vir acompanhados de processos de democratização social ou de ideologia. Porque, quando há distribuição da riqueza sem democratização social, aparece como uma coisa verticalmente feita por “*los de arriba*”. Então, isso te conduz a uma posição passiva. Não é a sua luta, não é o fruto de sua associação organizativa, é o fruto de sua espera, pelo líder, pelo presidente, pela pessoa que lhe protege. É uma forma real de despolitizar. Distribuição sem democratização é igual à despolitização. Todo processo tem que vir acompanhado de democratização, de formas de participação, de formas de deliberação local, regional, segmental, organizativa, corporativa e que estas conquistas sejam vistas como suas conquistas; é sua organização, é sua solidariedade, é sua coletividade. Mas, por outro lado, devemos compreender que a sociedade tem também fases, *ondas sucessivas*: o momento da individualidade, o momento do corporativismo, o momento do universalismo, ou seja, quando penso em todos. Aqui [com gestos, referindo-se ao momento da individualidade], penso em mim mesmo. Aqui [momento do corporativismo], penso em meus companheiros. Aqui [momento do universalismo], penso em todos, logo, me transformo em classe universal.

Mas, isso não dura. As pessoas estiveram contigo, marcharam, lutaram...foram baleadas, foram perseguidas, foram torturadas. Logo, têm que ir para casa. “Que vai ser de minha filha quando for estudar? Tenho que pagar a dívida da casa”. Um momento de uma retirada corporativa... Há uma retirada corporativa, é obrigatório, é como uma espécie de lei, da ação coletiva. Isso é o que tem passado a maior parte do continente.

Não somente há um processo – de intensidades distintas, a depender do caso – de que não se aliou redistribuição com democratização. Esse é um erro fundamental. Mas, além disto, esse é um momento corporativo da sociedade, ou um momento individual da sociedade. As pessoas conseguem as coisas e logo se apegam ao seu, já não pensam nos demais... “isso é meu aporte. Agora, me refugio na minha família, em meu bairro”. Por que isso ocorre? Porque as pessoas são assim. As pessoas não podem se manter perpetuamente mobilizadas. As pessoas regressam.

Quando estava lendo, revisando os textos dos bolcheviques, os soviets no ano 1908 já quase não existiam. As pessoas foram para casa.... os soviets cheios de soldados, de obreiros, de jovens, de senhoritas, de servidores, de engraxates, e as pessoas logo desaparecem!

As pessoas entram em um processo de retirada familiar, retirada pessoal, e podem passar 1, 2, 3, 5, 15, 20 anos até que...haja uma nova *oleada*...

Aqui há uma espécie de assintonia novamente. Alguns processos progressistas distribuíram riqueza social sem democratização social e vivenciam um novo momento de refluxo social. Então, as pessoas, no refluxo social, normalmente se despolitizam.

Esse momento excepcional em que todos se sentem compelidos a participar, a tomar decisões, todos são especialistas de tudo, tão próprio de uma revolução. ... isso se dilui, e as pessoas viram especialistas de sua família, de sua casa, de seu trabalho, de seu bairro. Retiram-se aos seus mundos particulares, por um tempo... quanto? Quem sabe! Um ano? É o que quer um revolucionário! A seguinte *oleada*! Na Bolívia tivemos recentemente duas *oleadas*, uma em 2001, 2002, 2003... Daí, a de 2006, 2007, 2008, 2009... outra vez baixa... Haverá uma nova *oleada*? *Ojalá!* E um comunista o que faz – comunista no sentido não do partido comunista, mas do movimento histórico da época – o que faz é buscar criar sentido comum, modificar a ordem moral das coisas, modificar os mecanismos instrumentais das ações das pessoas, fazer cursos, formações...difunde, fala, à espera de que isso vá fermentar... poderá passar 100 anos, poderá passar três meses. ... Algum tempo para ocorrer uma nova *oleada*...

Está-se em um momento de refluxo social. De retração corporativa individual, na sociedade em geral. Independentemente dos processos de democratização, isso está passando na sociedade, na América Latina. Uma maior democratização teria permitido pelo menos manter grupos corporativos, de democracia interna, de bairros, de zona, de fábrica. Quando não tens a democratização, a caída da classe universal, do momento universal, é o individualismo. Como queira, a democratização te permite cair em um momento intermediário no “corpo”, do corpo. Sem o corpo, cai no individualismo... Estás isolado e ponto.

Isso ocorreu em vários países da América Latina. Então, é como uma espécie de lógica das coisas. Não somente cometeste o erro de não haver democratizá-lo, isto é, de ter ideologizado a distribuição de riqueza. Mas que também a sociedade entrou em um tipo de refluxo social.

E tem que saber entender que tipo de refluxo ... jogar com esse tempo de refluxo. Não é uma questão de voluntarismo, é um tema objetivo. Isso te coloca em condições mais adversas! E sobre esse individualismo, quem tem os melhores discursos é a direita, porque ela apela ao esforço individual, ao empreendedorismo, não? À iniciativa, à competitividade. A isso apela. É o indivíduo como sujeito da história.

E tu, como socialista, como comunista, é o coletivo, é a solidariedade, é o trabalho em equipe. Que funcionou! No ascenso funcionou. [...] E aqui, na queda, *ojalá* caíamos no corporativismo. Se não há o corporativismo, cai-se no individualismo. E tu sabes, aí a direita tem melhores armas que você... aí é no Estado que buscamos os mecanismos de influência para buscar re-ideologizar, para buscar maior participação democrática, para buscar novamente gerar mecanismo de articulação coletiva, porque sem eles, estás perdido. Sem um novo aumento na reativação do popular coletivo, o Estado se converte em sujeito da história, revolucionário! Porém, é o Estado! E quando ocorre isso, não podes aguentar muito tempo! Não podes aguentar muito tempo! Então, tua obrigação é forçar desde *abajo*! É um pouco o que faz o Lula, a seu modo, com sua experiência sindical, estou teorizando. Porém é ir outra vez é coletivo, a assembleia ... é a paixão da associatividade, a que desperta o Lula! Porque sabe que sem isso está perdido. Qualquer revolução sem isso está perdida. Qualquer processo de transformação está perdido! Mais ou menos radical. Ou seja, é voltar a re-ideologizar, a partir de onde? Da experiência coletiva, pela “associatividade”, da reunião, da assembleia, pela participação, da solidariedade!

A direita está apelando: tu és o sujeito da história! Tu és capaz! Tu, tu és empreendedor. Tu és competitivo. E se não é competitivo, a história te irá esmagar. Neste contexto, neste momento, a direita tem mais receptividade discursiva. É uma guerra! É uma guerra! O que fazemos para vencer essa receptividade? Necessitas tempo! Necessitas tempo! Outra vez: a obsessão de uma revolução: tempo!

Tempo para superar isto. Necessitas tempo! Melhorar as condições de vida das pessoas. Para quê? Para que te permitas 1 ano, 2 anos, 3 anos para que isto que caiu outra vez no individualismo, possa reativar-se como uma ação coletiva. Necessitas tempo! Se não tiver tempo, e não tiver poder, a direita vem e te avassala. E eles trabalham um lado, um lado das coisas que está permanentemente presente nas pessoas: sua individualidade.

Agora, tu trabalhas sobre coisas que excepcionalmente estão nas pessoas: o coletivo. É uma excepcionalidade! É mais difícil. Por isso, as revoluções não são tão fáceis; são excepcionalidades históricas! Porque, senão, estariam havendo uma revolução a cada seis meses no mundo, não? Podem passar 100 anos sem que não se passe nada, porque trabalhas sobre um fato excepcional. A ação gregária, coletiva, social, universal!

Para um revolucionário as coisas são muito mais difíceis!

E, se as circunstâncias lhe levaram ao poder, necessitas tempo! Tempo para impulsionar a democratização social porque, senão, estás perdido. Tempo para ganhar condições de bem-estar econômico das pessoas para que, quando se dê esta baixa, este declive, este descenso da *oleada*... possas sobreviver, possas sobreviver!

Tempo, bem-estar das pessoas e democratização! E democratização! E democratização!

Entrevistadores: Muitíssimo obrigado, Vice-presidente.